

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Universia Brasil, S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 23 de março de 2016

A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2015	31/12/2014	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo						
Ativo Circulante		57	311			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&19.f	31	51			
Contas a Receber		16	221			
Outros Ativos Financeiros		10	39			
Ativo não Circulante		1.988	2.598			
Aplicações Financeiras	4&19.f	1.199	1.673			
Contas a Receber		15	20			
Depósitos Judiciais		84	277			
Créditos Tributários - Correntes		583	440			
Outros Ativos		36	73			
Ativo Tangível	5	21	38	8.a	45	594
Ativo Intangível	6	50	77			
Total do Ativo		2.045	2.909			
Passivo e Patrimônio Líquido						
Passivo Circulante					1.021	1.108
Salários a Pagar					577	484
Impostos a Pagar					106	120
Fornecedores					30	402
Provisões	8.a				307	-
Outros Passivos					1	102
Passivo não Circulante					125	600
Salários a Pagar					6	6
Provisões	8.a				45	594
Outros Passivos					74	-
Total do Passivo					1.146	1.708
Patrimônio Líquido						
Capital Social					51.219	50.114
Prejuízos Acumulados					(50.320)	(48.913)
Total do Patrimônio Líquido				9	899	1.201
Total do Passivo e Patrimônio Líquido					2.045	2.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		47.279	(47.535)	(256)
Aumento de Capital	9.a	2.835	-	2.835
Prejuízo Líquido		-	(1.378)	(1.378)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		50.114	(48.913)	1.201
Aumento de Capital	9.a	1.105	-	1.105
Prejuízo Líquido		-	(1.407)	(1.407)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		51.219	(50.320)	899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Universia Brasil, S.A. (Universia Brasil) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - 21º andar - São Paulo - SP É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social:

(I) a prestação de serviços globais para as universidades, para particulares e/ou para corporações, visando disponibilizar objetos de formação e informação, cursos com ou sem certificação, todos os meios da informática, comunicações, telecomunicações, serviços de Internet, rodovias da informação, inclusive como provedora de acesso à internet, comércio eletrônico, serviços virtuais, qualquer transação virtual e quantos meios forem necessários para o adequado desenvolvimento do acima citado, além da administração gerencial, fornecimento de meios físicos e processos de produção e armazenamento, tanto elétrico quanto virtual e presencial;

(II) a participação na contratação eletrônica ou telemática como entidade certificadora autorizada;

(III) a intermediação, comercialização, distribuição e assessoramento nessa área de qualquer tipo de produtos e serviços destinados às universidades e aos particulares, por meio de suporte físico, eletrônico, informático e virtual;

(IV) a intermediação e mediação de qualquer atividade de distribuição, importação e armazenamento realizadas no mercado informático, eletrônico, virtual, internet, qualquer rodovia de informação ou qualquer uma de suas variantes já estabelecidas ou a serem estabelecidas no futuro, bem como serviços de publicidade, promoção, venda e distribuição em qualquer tipo de suporte eletrônico informático ou virtual; e

(V) a geração de receitas financeiras por meio da prestação de serviços de recrutamento e seleção de candidatos oriundos da comunidade universitária, através de plataforma WEB, desenvolvimento de software aplicativos e sistemas integrados de software, prestação de serviços de consultoria, comercialização de cursos de capacitação e realização de eventos presenciais e virtuais envolvendo atividades acadêmicas, desportivas, musicais e culturais, todos para empresas do mercado corporativo. Parte substancial dos serviços prestados pela Universia Brasil tem sido oferecida gratuitamente em seu principal alvo acima mencionada, sendo a continuidade normal de suas atividades operacionais mantida principalmente através de contribuições regulares de aumento de capital de seu acionista controlador, em complemento às receitas de prestação de serviços.

As receitas da Universia Brasil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na nota explicativa 19.f.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Universia Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - The International Financial Reporting Standard (IFRS).

O resultado e a posição financeira da Universia Brasil estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 23 de março de 2016.

As diversas normas novas e revisadas emitidas pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014 não tiveram efeitos relevantes na aplicação no exercício corrente. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelos CPC. Considerando as atuais operações da Universia Brasil, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgação sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis);
- Provisão para processos judiciais e administrativos e obrigações legais;
- Benefícios dos planos de aposentadoria; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

I. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos para fins contábeis:

- Investimentos em coligadas; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários.

II. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge;
- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado; e

• Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

III. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Contas a receber";
- "Depósitos judiciais"; e
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

IV. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("posições vendidas"); e

• Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

V. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza na seguinte rubrica do balanço patrimonial:

- "Fornecedores";
- "Salários a Pagar".

VI. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

d) Provisão para Perdas sobre Créditos

Provisão para perdas sobre créditos - constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às perdas.

e) **Ativo Tangível**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso - 10% e sistemas de processamento de dados - 20%.

A Universia Brasil avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada no resultado do exercício. Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

f) **Ativo Intangível**

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

Outros ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil (prazos de utilidade da despesa), pelo prazo máximo de 10 anos.

A Universia Brasil avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades.

g) **Outros Passivos**

Outros passivos incluem o saldo das despesas provisionadas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

h) **Reconhecimento de Receitas e Despesas**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

i) **Prestação de Serviços**

• Receitas e despesas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e

• As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

j) **Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Outras Provisões**

A Universia Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Universia Brasil. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

j) **Planos de Benefícios Pós-Emprego**

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Universia Brasil, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander Brasil): (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Universia Brasil como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 8.d. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, a Universia Brasil aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

k) **Remuneração Baseada em Ações**

A Universia Brasil, participa dos planos de compensação a longo prazo do Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha). Esses planos têm determinadas condições para a aquisição. As principais condições são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do plano; para adquirir condições de exercer seu direito; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco Santander Espanha: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do reductor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco Santander Espanha. O Banco Santander Espanha mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O valor justo dos serviços prestados é medido por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o passivo total é baseado na melhor estimativa da quantidade de direito de serviço recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, é realizada análise da estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

l) **Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**

O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados pelo regime não-cumulativo.

m) **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado das aplicações financeiras e são classificados como não circulantes.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

n) **Evento Subsequente**

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

• Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receita Líquida de Prestação de Serviços	10	3.269	3.766
Custo dos Serviços Prestados	11	(3.623)	(3.623)
Resultado Bruto		(354)	143
Despesas Administrativas	13	(1.324)	(1.440)
Despesas de Depreciação e Amortização	5&6	(44)	(46)
Provisões (Líquidas)	8.a		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não utilizam dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não há instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

8. Provisões

a) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais, Compromissos e Outras Provisões

	Trabalhistas	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Saldo Inicial	594	422
Constituição (Reversão)	(242)	172
Saldo Final	352	594

b) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas
São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

c) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, somente de natureza trabalhista totalizaram em R\$97.

d) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares

d.1) Plano de Pensão Complementar

A Universia Brasil patrocina, juntamente com o Banco Santander Brasil, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II e SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Sanprev

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	Sanprev	
	31/12/2015	31/12/2014
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	-	(23)
Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos		
	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	12,3%	10,9%
Taxa para cálculo dos juros sobre os ativos, para o exercício seguinte	12,3%	10,9%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,5%	4,5%
Taxa estimada de aumento nominal dos salários	5,0%	5,0%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000	AT 2000

II) SantanderPrevi

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Os valores apropriados no exercício de 2015 em despesas de pessoal referente ao plano foram de R\$36 (2014 - R\$32).

d.2) Remuneração com Base em Ações

A Universia Brasil, possuía um programa de remuneração de longo prazo vinculado ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global. Eram elegíveis a este plano os membros da Diretoria Executiva da Universia Brasil, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam do referido plano se exercerem cargos na Diretoria Executiva. Em 31 de dezembro de 2014 foram encerrados os ciclos de incentivos a longo prazo.

d.2.1) Programa Global

Política de Incentivos a Longo Prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos da Universia Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculadas a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários, de tal maneira que cada ciclo se inicie em um ano e, a partir de 2009, acabe no próximo. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano. Sendo assim, os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI11/PI12/PI13 e PI14).

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (LPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para o qual será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12 o objetivo que determina o número de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão a Universia Brasil durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander Espanha foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data de Início do Período de Exercício	Data Final do Período de Exercício
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2013	700				
Plano 14	(700)	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2014 ⁽¹⁾	-				

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2014 foram encerrados os ciclos de incentivos a longo prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$2, referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a outras obrigações, pois são planos liquidados em dinheiro.

9. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social integralizado é assim representado:

	Em Milhares de Ações					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados						
no Exterior	26.293.515	13.146.757	39.440.272	12.179.763	6.089.882	18.269.645
Abaixo demonstramos a movimentação das ações representativas do capital social e no período:						
				Quantidade		
				Ordinárias	Preferenciais	Total
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013			522.513	261.257	783.770	3.429
Aumento de Capital - mediante Emissão de Ações - AGE de 09/01/2014			2.414.250	1.207.125	3.621.375	1.449
Aumento de Capital - mediante Emissão de Ações - AGE de 06/06/2014			9.243.000	4.621.500	13.864.500	1.386
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014			12.179.763	6.089.882	18.269.645	2.835
Aumento de Capital - mediante Emissão de Ações - AGE de 22/01/2015			5.681.000	2.840.500	8.521.500	852
Aumento de Capital - mediante Emissão de Ações - AGE de 18/11/2015			8.432.752	4.216.375	12.649.127	253
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015			26.293.515	13.146.757	39.440.272	1.105
b) Dividendos						
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não poderão ser convertidas em ações ordinárias, mas conferem prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Sociedade.						

10. Receitas Líquida de Prestação de Serviços

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receita Bruta	3.715	4.209
Serviços com Partes Relacionadas (Nota 12 & 19.I)	3.000	3.446
Serviços de Terceiros (Nota 12)	715	763
Menos:	(446)	(443)
Cofins (Nota 12)	(229)	(240)
ISS (Nota 12)	(167)	(158)
PIS (Nota 12)	(50)	(45)
Receita Líquida	3.269	3.766

11. Custo dos Serviços Prestados

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Despesas com Serviços de Terceiros (Nota 12)	54	353
Despesas com Pessoal	3.569	3.270
Total	3.623	3.623

12. Informações sobre a Natureza das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração dos Resultados

A Universia Brasil apresenta a demonstração dos resultados utilizando uma classificação das receitas e despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas e despesas reconhecidas na demonstração dos resultados é apresentado a seguir:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receitas com Prestação de Serviços (Nota 10)	3.715	4.209
Cofins (Nota 10)	(229)	(240)
ISS (Nota 10)	(167)	(158)
PIS (Nota 10)	(50)	(45)
Despesas com Serviços de Terceiros (Nota 11)	(54)	(353)
Despesas de Remuneração, Benefícios e Treinamento com Pessoal	(2.846)	(2.573)
Despesas de Encargos Sociais com Pessoal	(723)	(697)
Despesas com Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros (Nota 13)	(154)	(258)
Despesas de Transporte e Viagens (Nota 13)	(565)	(300)
Outras Despesas Administrativas	(605)	(882)
Despesas de Depreciação (Nota 5)	(17)	(19)
Despesas de Amortização (Nota 6)	(27)	(27)
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Outras Provisões (Nota 8.a)	242	(172)
Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas) (Nota 14)	(6)	(12)
Outras Receitas (Despesas)	(183)	9
Rendas com Aplicações em Operações Compromissadas (Nota 17)	135	67
Outras Receitas Financeiras	127	73
Total das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração dos Resultados	(1.407)	(1.378)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jesús María Zabalza Lotina

Conselheiros

Jaume Pagés Fita

Javier Sagi-Vela González

DIRETORIA

Diretor Superintendente

Luis Fernando Cabanas Pedro

Diretores Executivos

Juan Sebastián Moreno Blanco

Manoel Marcos Madureira

Contador

Andre Miguel do Nascimento - CRC 1SP191241/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Universia Brasil, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

13. Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros (Nota 12)	154	258
Transporte e Viagens (Nota 12)	565	300
Propaganda, Promoções e Publicidade	301	189
Publicações	91	80
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 19.f)	117	117
Seminário Universia Holding	-	364
Outras	96	132
Total	1.324	1.440

14. Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, referem-se a perdas por não-recuperação no saldo da rubrica de contas a receber.

15. Outras Receitas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Recuperação de Encargos e Despesas	63	16
Patrocínios - Banco Santander	99	-
Outras	5	7
Total	167	23

16. Outras Despesas

Em 31 de dezembro de 2015, referem-se, principalmente, pagamento de acordo judicial trabalhista no valor de R\$227 e depósito trabalhista no valor de R\$73. Em 31 de dezembro de 2014, referem-se, principalmente, a despesa tributária IOF no valor de R\$11.

17. Receitas Financeiras

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Rendas com Ativos Financeiros com Instituições de Crédito		
Aplicações em Operações Compromissadas (Nota 12)	135	67
Rendas de Títulos de Renda Fixa - Certificados de Depósitos Bancários - CDB	18	60
Atualização com Impostos a Compensar	5	1
Atualização com Devedores por Depósitos em Garantias	8	11
Variação Cambial	96	-
Outros	-	1
Total	262	140

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Resultado antes da Tributação	(1.407)	(1.378)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	478	469
Créditos Tributários não Registrados sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL ⁽¹⁾	(443)	(370)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(35)	(99)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-

⁽¹⁾ Os créditos tributários não foram constituídos pois não possuem expectativa de realização no curto e médio prazo. Os créditos não registrados em 31 de dezembro de 2015 montam em R\$15.918 (2014 - R\$15.430).

19. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na AGO/AGE da Universia Brasil, realizada em 27 de abril de 2015, foi aprovada a remuneração global dos administradores para o ano de 2015, no montante de até R\$1.000.

b) Benefícios de Longo Prazo

A Universia Brasil, assim como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 8.d.2).

c) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Remuneração Fixa	301	269
Remuneração Variável	175	165
Outras	104	125
Total	580	559

Adicionalmente, no exercício de 2014, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$92 (2014 - R\$170).

d) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

e) Participação Acionária

A Universia Brasil é controlada pela Universia Holding, S.L. (Universia Holding) com sede na Espanha, que possui participação acionária direta de 18.269.645 mil ações (12.179.763 mil ações ordinárias e 6.089.882 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,99999% do capital social e o Banco Santander Brasil participa com 1 ação, equivalente a 0,00001% do capital social. A Universia Holding é controlada diretamente pelo Banco Santander Espanha que é o controlador indireto da Universia Brasil.

f) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores